

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.340 - GO (2019/0240201-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ELI MARQUES GARCIA
ADVOGADO : ROBERTO BORGES ARANTES E OUTRO(S) - GO027540
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado contra decisão que inadmitiu apelo nobre interposto com fundamento no art. 105, inciso III, "c", da Constituição Federal.

De início, cumpre ressaltar que o Tribunal de origem, ao realizar o juízo de admissibilidade do recurso especial, deve analisar os pressupostos específicos e constitucionais concernentes ao mérito da controvérsia, não havendo que se falar em usurpação da competência do STJ. Nesse sentido: AgRg no AREsp 173.359/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 17/03/2015, DJe 24/03/2015, e AgInt no AREsp 933.131/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 27/10/2016.

Dito isso, mediante análise dos autos, verifico que a inadmissão do especial se deu com base na incidência da Súmula 7 do STJ.

Embora tenha a parte agravante impugnado especificamente esse fundamento, entendo que, no caso concreto, a pretensão deduzida no recurso especial não ultrapassa a esfera do conhecimento, conforme ressaltado na decisão agravada, esbarrando, pois, no mencionado óbice.

De fato, o acórdão recorrido, com base no acervo fático-probatório dos autos, concluiu o *de cujus* não mais detinha a sua qualidade de segurado, para fins de concessão de pensão por morte à parte autora, *in verbis* (e-STJ fls. 171/173):

Particularidades do caso

O falecido marido da autora percebia benefício assistencial desde 05/02/1986 e veio a falecer em 17/06/2006, ou seja, por mais de 20 (vinte) anos não questionou a natureza do benefício. É certo que não obstante tanto tempo não decaiu ele do direito de revisão, decenal, contado até 01/08/2007, nos termos do RE 626.489/SE-RG, caso em que a titular da pensão, se fosse o caso, poderia demandar sua revisão. Aqui, porém, não é caso de pensão, como se verá adiante.

O ponto controvertido da lide não diz respeito exclusivamente à qualidade de segurado do instituidor, mas do eventual direito à aposentadoria por idade ou por invalidez.

No caso dos autos, embora a parte autora tenha comprovado o óbito (ocorrido em 17/06/2006) e a sua condição de dependente econômica (esposa, certidão de casamento, realizado em 28/07/1984), não comprovou que seu falecido marido tinha direito à aposentadoria, visto que este recebia benefício assistencial desde 05/02/1986 até o óbito (NB 078.965.908-5), ou seja, por mais

de 20 anos.

Em princípio, a percepção de benefício assistencial, de caráter personalíssimo, não induz à pensão por morte. Contudo, se no momento do óbito, o falecido esposo da autora mantinha a qualidade de segurado, inclusive para recebimento de aposentadoria por invalidez ou por idade, a percepção de tal benefício não impede o deferimento de pensão por morte a sua viúva. Este, contudo, não é o caso dos autos.

Ainda, o recebimento de R.M.V. pelo falecido poderia conduzir ao entendimento de que, desde então, o esposo da autora já não mais reunia condições de exercer atividade laborativa, o que afastaria a tese do INSS de que realmente perdera a qualidade de segurado, constituindo óbice à concessão do benefício pensão por morte, nos termos do §2º do art. 102 da Lei n.º 8.213/91.

Há que se voltar a atenção, no entanto, à regra disposta no §1º do art. 102 da Lei n.º 8.213/91, que expressamente prevê que a perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria de quem tenha preenchidos todos os requisitos.

Assim, se no momento do óbito o falecido esposo da autora mantinha a qualidade de segurado, inclusive para recebimento de aposentadoria por invalidez ou por idade, a percepção de tal benefício não impede o deferimento de pensão por morte a sua viúva.

Este, contudo, não é o caso dos autos. Malgrado exista a alegação de que o falecido tenha cessado as atividades em razão da incapacidade que embasou a concessão do benefício assistencial, não trouxe a autora prova alguma capaz de comprovar que de fato, à época, faria jus à aposentadoria por invalidez, aliás, nem se sabe qual seria a incapacidade, se por doença ou acidente. Não detendo mais a qualidade de segurado, ao tempo do óbito, e não havendo prova de que teria direito a outro benefício previdenciário, não é possível a concessão de pensão por morte a seus dependentes.

Ressalte-se que o último vínculo empregatício do falecido cessou em 10/07/1985, mantendo assim sua condição de segurado até 15/09/1986, de acordo com as informações do sistema CNIS, tendo-se obtido a R.M.V. em 05/02/1986, dentro do prazo de manutenção da qualidade de segurado.

O problema é que não se sabe qual seria a origem da incapacitação, mas se sabe que, pela conclusão de perícia médica, era o falecido suscetível de recuperação para o seu próprio trabalho (fls. 52).

(...)

Dessa forma, ausentes os requisitos ensejadores à concessão, é de se indeferir o pedido inicial.

Assim, a alteração dessa conclusão demandaria o reexame fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE INDEVIDA AOS DEPENDENTES DO FALECIDO QUE À DATA DO ÓBITO PERDEU A CONDIÇÃO DE SEGURADO E NÃO HAVIA IMPLEMENTADO OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. AGRAVO REGIMENTAL DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. No julgamento do REsp. 1.110.565/SE, representativo de controvérsia, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que tendo o falecido à data do óbito perdido a condição de segurado e não tendo implementado os requisitos necessários para o recebimento de

aposentadoria, como no caso dos autos, seus dependentes não fazem jus à concessão de pensão por morte.

2. As instâncias ordinárias, com base no acervo fático-probatório dos autos, reconheceram a perda da qualidade de Segurado do de cujus à data do óbito. Assim, é de ser mantida a conclusão, porquanto o revolvimento de tal premissa em sede de recorribilidade extraordinária demandaria o reexame da matéria fático-probatória.

3. Agravo Regimental dos Particulares a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp 534.652/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ACÓRDÃO QUE, FUNDAMENTADO NOS ASPECTOS CONCRETOS DA CAUSA, CONCLUIU PELA NÃO COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE SEGURADO DO FALECIDO INSTITUIDOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. O Tribunal de origem concluiu, à luz das provas dos autos, que "não há comprovação de que o falecido, em algum momento, tenha sido vinculado ao RGPS. Não há registros de vínculos empregatícios, contribuições previdenciárias em seu favor ou recebimento de benefícios. Assim, não há como sustentar que possuísse a qualidade de segurado. Deve ser observado, ainda, que é inviável acolher o vínculo reconhecido pela justiça trabalhista. Afinal, trata-se de suposto vínculo reconhecido judicialmente, em ação ajuizada após o óbito do pai do autor, por meio da homologação de acordo celebrado entre as partes. Não há início de prova material do suposto emprego.

Destaque-se, ainda, a ausência de recolhimento de contribuições trabalhistas referentes ao período e a não participação da Autarquia naquele feito. Além disso, a prova oral a esse respeito é contraditória. A mãe do autor afirma que o falecido era marceneiro, enquanto o suposto empregador diz que ele era ajudante geral, sem habilidade para a marcenaria. Ademais, o alegado empregador demonstrou não ter conhecimento sobre a pessoa do falecido, pois informou, inicialmente, que ele teria trabalhado em empresa diversa e que o óbito teria ocorrido em período muito diferente do real, parecendo estar falando de outra pessoa. Por fim, não se aplicam ao caso em tela as disposições do art. 102 da Lei nº 8.213/91, segundo o qual a perda da qualidade de segurado, depois de preenchidos os requisitos exigidos para a concessão de aposentadoria ou pensão, não importa em extinção do direito a esses benefícios. Isso porque o de cujus, na data da sua morte, contava com 22 (vinte e dois) anos de idade e não há registro de contribuições previdenciárias em seu favor, condições que não lhe confeririam o direito à aposentadoria (...) Em suma, não comprovado o preenchimento dos requisitos legais para concessão de pensão por morte, o direito que persegue o autor não merece ser reconhecido".

III. Considerando a fundamentação adotada, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é obstado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 763.002/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 08/06/2018).

Por fim, quanto ao recurso especial interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional, a análise do dissídio jurisprudencial está prejudicada em

razão da aplicação da Súmula 7 do STJ.

Registro, ainda, que, conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, c/c o art. 98, VI, §§ 2º e 4º, do CPC/2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita, exceto em ações acidentárias, nos termos do art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/1991.

Ante o exposto, com base no art. 253, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Majoro os honorários recursais em 10% (dez por cento) sobre o valor fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015. Suspensa a exigibilidade por se tratar de beneficiário de justiça gratuita, conforme dicção do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator